

## DIAS DA INDEPENDÊNCIA

SÁBADO 11 DE JULHO DE 2015

ANGOLA

CABO VERDE

GUINÉ-BISSAU

MOÇAMBIQUE

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

TIMOR-LESTE

## Direitos das mulheres não são respeitados



Não há infraestruturas governamentais, como creches, infantários e ATL, que assegurem o acompanhamento das crianças enquanto os pais, sobretudo as mães, estão a trabalhar. Foto Marcos Borga



Cristina Silva Rosa 2015-07-08

São Tomé e Príncipe

**Os direitos das mulheres em São Tomé e Príncipe não são respeitados, disse à Lusa uma dirigente da organização não-governamental Mén Non – Associação das Mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal.**

Maria José Lima referiu os casos de violência doméstica, exploração laboral, prostituição, perseguição contra “feiticeiras” e poligamia.

“Ainda existe muita violência doméstica em São Tomé e Príncipe. É preciso ainda fazer muito trabalho para acabar com isso”, disse Maria José Lima, frisando que “a igualdade de género ainda está longe de ser alcançada”.


As mulheres têm a seu cargo a criação dos filhos e, muitas vezes, para poderem trabalhar fora de casa, tem de deixar uma criança mais velha, normalmente uma menina, a tomar conta das novas, o que leva a um abandono escolar feminino precoce, segundo a responsável da organização não-governamental.

Não há infraestruturas governamentais, como creches, infantários e ATL, que assegurem o acompanhamento das crianças enquanto os pais, sobretudo as mães, estão a trabalhar.

Para Maria José Lima, as mulheres não estão ainda suficientemente organizadas para terem uma voz forte diante dos programas do governo são-tomense, que ainda tem dificuldades de incluir as questões de género nas suas políticas em geral e também de executar aquelas dirigidas especificamente às mulheres.

Os fenómenos “mina quiá” – meninas pobres entregues a famílias mais abastadas para servirem nas suas casas –, as “catorzinhas” – jovens adolescentes pobres aliciadas por homens mais velhos –, a perseguição contra as mulheres “feiticeiras” e a poligamia ainda persistem em São Tomé e Príncipe, são exemplos que representam o “claro desrespeito pelos direitos das mulheres”, acrescentou.

 História em datas

 Retrato de São Tomé e Príncipe

## Últimas de São Tomé e Príncipe

40 anos/São Tomé e Príncipe: Presidente cabo-verdiano elogia relações entre os dois países

São Tomé 10 Jul (Lusa) - O Presidente cabo-verdiano, José Carlos Fonseca, reafirmou hoje a “excelência” das relações entre o seu país e São Tomé e Príncipe, manifestando o desejo de que “o progresso social chegue a todas e todos os são-tomenses”.

40 anos/São Tomé: Parlamento aprova participação de militares estrangeiros nas comemorações da independência

São Tomé, 08 jul (Lusa) - O parlamento são-tomense aprovou hoje uma resolução que autoriza a entrada no arquipélago de militares do Gabão e da Guiné Equatorial para participarem nas atividades comemorativas dos 40 anos de independência, que se assinalam no próximo dia 12.

Óbito/Maria Barroso: Presidente são-tomense “profundamente consternado”

São Tomé, 07 jul (Lusa) - O Presidente são-tomense, Manuel Pinto da Costa, manifestou hoje “profunda consternação” com a morte de Maria Barroso, mulher do ex-Presidente português, Mário Soares.

40 anos/São Tomé: Parlamento debate vinda de militares estrangeiros a comemorações

São Tomé 07 jul (Lusa) - O parlamento são-tomense debate na quarta-feira de emergência a participação de militares do Gabão e Guiné Equatorial nos festejos dos 40 anos da independência, criticada por alguns deputados e defendida pelo governo.

Governo são-tomense quer internacionalizar a economia do arquipélago

São Tomé, 07 jul (Lusa) - O primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Patrice Trovoada, defendeu hoje a necessidade de internacionalização da economia do país.

Ver todos...

Maria José Lima salientou ainda que em São Tomé e Príncipe as mulheres sofrem também com a poligamia “não oficial” dos homens, uma tradição ainda muito enraizada na sociedade são-tomense, que classificou como “muito machista”.

A Mén Non é uma das organizações não-governamentais (ONG) de Portugal que está a colaborar, conjuntamente com outras ONG portuguesas e são-tomenses, na elaboração de um projeto da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) no âmbito dos direitos da mulheres e da igualdade de género em São Tomé e Príncipe.

Segundo Ana Sofia Fernandes, da EOS – Associação de Estudos, Desenvolvimento e Cooperação, ONG que integra a PpDM, este projeto deverá ser executado em São Tomé e Príncipe somente a partir de 2016, por ainda não ter sido encontrado o indispensável financiamento.

“O objetivo do projeto é criar uma plataforma de ONG, com organizações de São Tomé, no sentido de reforçarem-se mutuamente e influenciarem as políticas governamentais para alcançar a igualdade de género e os direitos das mulheres”, disse Ana Sofia Fernandes.

O projeto visa também a capacitação das próprias pessoas e das organizações, garantindo formação na área dos direitos das mulheres, prestar informações sobre os instrumentos internacionais existentes, como a Plataforma de Ação de Pequim (plano desenvolvido na 4.ª Conferência Mundial da ONU sobre as Mulheres, realiza em 1995 na capital chinesa) e lutar pela aplicação efetiva de políticas específicas para os direitos das mulheres, disse a responsável da EOS.

Ana Sofia Fernandes acrescentou que o Instituto para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género de São Tomé e Príncipe deveria funcionar com um conselho de administração, um comité técnico consultivo (com a participação da sociedade civil, ONG) e um diretor executivo, mas por falta de verbas só está a funcionar o órgão executivo, o que dificulta o diálogo com a sociedade civil sobre estas questões.

“Em São Tomé e Príncipe não há, por exemplo, casas abrigo para mulheres vítimas de violência. Essas mulheres têm de se esconder na casa de parentes ou voltar para a casa onde vive o agressor. Neste ponto, o exemplo de Portugal, que tem casas abrigo, pode ajudar muito”, referiu.

Ana Sofia Fernandes disse ainda que está prevista uma série de campanhas para a mudança das mentalidades, designadamente a execução de ações de sensibilização sobre o fenómeno “mina quiá”, possibilitando educação e acolhimento para jovens em risco, e também no caso das “catorzinhas”, orientando-as a ter uma perspetiva de futuro sem recorrer à prostituição camuflada.

“Ao fim ao cabo, o que trespassa muito deste projeto é a questão da violência contra as mulheres, que é estrutural. A prostituição é uma questão de violência machista pela forma como a sociedade está organizada, a violência doméstica, a pedofilia, as feiticeiras, a poligamia, a mulher que tem de educar as crianças e não há a figura do pai, isto tudo são formas de violência”, disse Alexandra Silva, a presidente da PpDM.

“É uma violência contra as mulheres a forma como o governo as trata, sem políticas específicas e outras que respeitem as questões de igualdade de género”, concluiu Alexandra Silva.

## **SOBRE O PROJECTO**

Dias da Independência é uma iniciativa da agência Lusa para evocar as quatro décadas de autonomia política dos países que, até meados dos anos 1970, eram colónias portuguesas. Com conteúdos multimédia e interativos produzidos pela sua rede de correspondentes espalhados pelo mundo e pela sua Redação central, a Lusa procura fazer um retrato de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Ao longo dos próximos meses, cada um destes países terá, sucessivamente, destaque na página de abertura, à medida que se aproxima a data evocativa da sua respetiva independência. Em cada um desses momentos, a página do país em destaque incluirá igualmente, em acesso livre, as peças da linha da Lusa sobre esse território.

A direção de informação da Lusa – Agência de Notícias.

[www.lusa.pt](http://www.lusa.pt)

[lusofonia@lusa.pt](mailto:lusofonia@lusa.pt)

Para informações comerciais: [dmercado@lusa.pt](mailto:dmercado@lusa.pt)

Copyright © 2015 Lusa. Todos os direitos.

